



## SETOR DE ÁRVORES CULTIVADAS REPRESENTA O QUINTO ITEM DA BALANÇA DE EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO NACIONAL E PREVÊ APORTE DE R\$ 61,9 BILHÕES ATÉ 2028

A despeito dos desafios impostos pelo cenário macroeconômico e pelas particularidades de cada segmento vistas ao longo de 2023, competitividade crescente dos bioproductos confere perspectivas positivas em curto, médio e longo prazos

**POR CAROLINE MARTIN**  
Especial para *O Papel*

**M**esmo registrando um crescimento satisfatório em 2023 – de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 2,9% no ano passado –, a atividade econômica do Brasil esteve envolta por

um cenário desafiador, aspecto que trouxe reflexos diversos aos *players* que compõem a indústria nacional.

No balanço de Paulo Hartung, presidente da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), as guerras e suas crises humanitárias, as tensões econômicas entre potências mundiais e o aumento das atenções sobre a iminente emergência climática despontaram en-



tre os fatores desafiadores do último ano. “Todos esses elementos impactaram não só a indústria de árvores cultivadas, mas a cadeia de suprimentos mundial”, constata. “O setor de árvores cultivadas, que sempre atuou para sua internacionalização, aproveitou o momento para fortalecer as parcerias e exportações, tendo assim um ano movimentado. Nós representamos o quinto item da balança de exportações do agronegócio que, em 2023, totalizou o recorde nominal de US\$ 167 bilhões, segundo dados do Secex. Foram 18 milhões de toneladas de celulose exportadas, montante que representou US\$ 7,9 bilhões. Com relação ao papel, exportamos

2 milhões de toneladas, o equivalente a US\$ 2,4 bilhões”, informa.

Hartung destaca que o setor de árvores cultivadas é responsável por um portfólio cada vez maior de bioproductos demandados pelos consumidores. “São mais de 5 mil bioproductos produzidos pela indústria, desde aqueles amplamente conhecidos pelo público, como cadernos, lápis, fraldas, papel, máscara cirúrgica, caixas de papelão, móveis de madeira, pisos laminados e papel higiênico, até novos produtos que estão chegando no mercado ou em fase de desenvolvimento, incluindo roupas, remédios e alimentos.”

A carteira do setor prevê investimentos que totalizam R\$ 61,9 bilhões até 2028, despontando como um dos maiores aportes do setor privado brasileiro. “Temos presenciado a materialização desses investimentos em empreendimentos que geram emprego, renda e desenvolvimento sustentável aos mais de 1 mil municípios brasileiros onde estamos presentes. Hoje, é aberta, em média, uma fábrica a cada um ano e meio. Os anúncios de novos empreendimentos, os avanços em pesquisa e o desenvolvimento de novos usos e bioproductos atestam a pujança do setor. Trata-se de uma indústria que conquistou seu espaço no mercado mundial

com base no uso inteligente da terra, respeito à natureza e cuidado com as pessoas”, define o presidente da IBÁ.

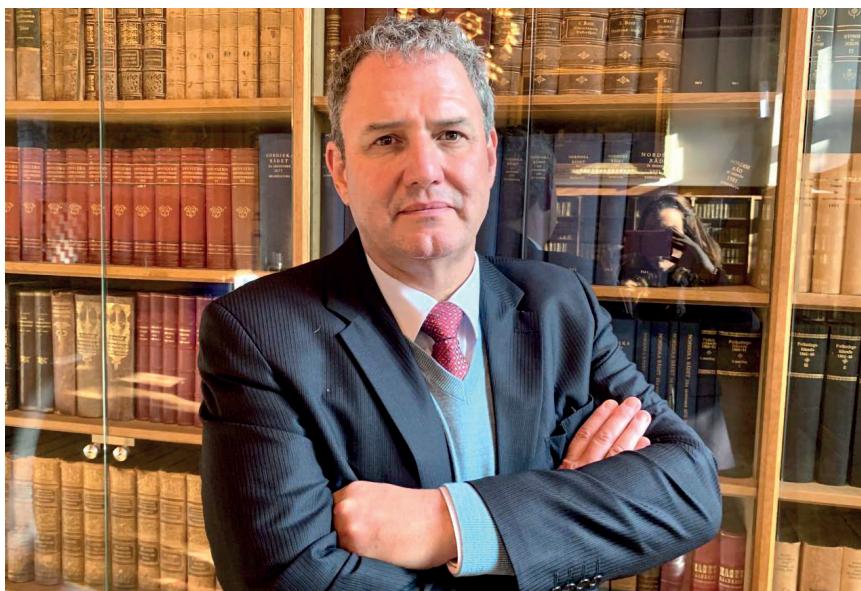
Marcos Jank, professor sênior de Agronegócio Global do Insper, recorda que a evolução vista atualmente advém de um processo iniciado na década de 1970. “A partir dos anos 1970, o Brasil conseguiu combinar seus recursos naturais a um conjunto de tecnologias que permitiram a ocupação da região tropical, investindo nas variedades adaptadas aos trópicos, como a soja, o milho e o algodão, além de gado e áreas de pastagem. Neste contexto, também surgiu o eucalipto, espécie florestal que se adaptou muito bem às condições climáticas brasileiras e se desenvolveu à medida que a agricultura foi se diversificando.”

Além da variedade de culturas, avanços como segunda safra e integração agricultura, pecuária e florestas plantadas (ILPF) são realidades atuais, resultantes dos avanços tecnológicos conquistados nos últimos 50 anos. “Mais um fator importante desse processo evolutivo foi a migração de pessoas. Os produtores que migraram para essas regiões são os grandes responsáveis pelo avanço das tecnologias. Em alguns setores, incluindo o de celulose e papel, predomina o sistema



DIVULGAÇÃO IBÁ

**Hartung:** “Hoje, é aberta, em média, uma fábrica a cada um ano e meio. Os anúncios de novos empreendimentos, os avanços em pesquisa e o desenvolvimento de novos usos e bioproductos atestam a pujança do setor”



**"Além de buscar avanços que resultem em mais produtividade por hectare, promover sistemas integrados de agricultura-pecuária-floresta é uma forma de maximizar o uso da terra, envolvendo diferentes atividades em um mesmo local", pontua Jank**

de integração vertical, no qual as próprias indústrias plantam as suas florestas em áreas arrendadas ou próprias. Esse sistema foi fundamental para que o agronegócio fosse bem-sucedido no Brasil", enfatiza Jank.

A capacidade de ampliar a oferta a partir de incrementos de produtividade aparece como mais um fator importante na esteira evolutiva do agronegócio nacional. "O vetor dinâmico do crescimento da agricultura brasileira foi o aumento de produtividade. Em outras palavras, a capacidade de aumentar a produtividade em uma proporção muito maior do que a extensão da área plantada", explica Jank, informando que atualmente o Brasil soma 80 milhões de hectares agrícolas, incluindo as florestas plantadas, e 160 milhões de hectares de pasto.

O potencial dos próximos anos encontra-se justamente no fato de a agricultura e as florestas plantadas estarem aptas a entrar em áreas tradicionalmente destinadas a pastagem, conforme sinaliza o professor sênior de Agronegócio Global do Insper. "Além de buscar avanços que resultem em mais produtividade por hectare, promover sistemas integrados de agricultura-pecuária-floresta é uma forma de maximizar o uso da terra, envolvendo diferentes atividades em um mesmo lo-

cal. Outro desdobramento possível é fazer uma expansão horizontal sobre áreas que no passado não eram favoráveis à agricultura. Áreas que, há alguns anos, eram destinadas a pastos hoje podem ser plantações de eucalipto ou até mesmo de grãos, cana-de-açúcar e outras culturas", exemplifica Jank, citando uma medida estratégica para enfrentar o gargalo da competição por terras. "Para indústrias que precisam ter um raio médio competitivo entre as plantações e as fábricas,

essa questão é um fator competitivo relevante. Atualmente, a agricultura brasileira avança cerca de 1,5 milhão a 2 milhões de hectares por ano sobre o pasto. Temos, portanto, potencial de crescimento horizontal, no sentido de expansão de áreas sobre pasto, em paralelo ao potencial de crescimento vertical, a partir do aumento de produtividade", frisa, informando que há uma média de 100 milhões de hectares de pastagens degradadas que podem ser tanto melhoradas para produção pecuária ou contribuir para a expansão da área agrícola de forma sustentável ao longo dos próximos anos.

Na avaliação de Marcio Funchal, fundador da Marcio Funchal Consultoria, o tripé de vantagens comparativas que o Brasil possui em relação a outros países, representado por alta disponibilidade de terras, preços atrativos para compra ou arrendamento, e alta produtividade dos plantios florestais, precisa ser revisto quando o enfoque é a manutenção da competitividade futura. "O agronegócio brasileiro cresceu de forma exponencial em praticamente todas as culturas, o que torna consenso o fato de o País não ter mais 'terra ociosa' como antigamente. Grandes projetos florestais precisam considerar fragmentação em muitas propriedades com maior raio de abastecimento, chegar a regiões com



**Na avaliação de Funchal, o tripé de vantagens comparativas que o Brasil possui em relação a outros países, representado por alta disponibilidade de terras, preços atrativos para compra ou arrendamento e alta produtividade dos plantios florestais, precisa ser revisto quando o enfoque é a manutenção da competitividade futura**

logística menos privilegiada e distante de centros de consumo e portos, concentrando-se em terras menos produtivas, já que as melhores propriedades apresentam custo de aquisição incompatível com a atividade florestal.”

## **Nova Indústria Brasil investe em desenvolvimento pautado por sustentabilidade e inovação**

Em janeiro último, o Governo Federal anunciou a mais recente política industrial do País. Nomeada Nova Indústria Brasil (NIB), a política pretende impulsionar o desenvolvimento nacional, até 2033, aliando sustentabilidade e inovação. “A NIB prevê a articulação de diversos instrumentos de Estado, como linhas de crédito especiais, recursos não reembolsáveis, ações, além de uma política de obras e compras públicas, com incentivos ao conteúdo local, para estimular o setor produtivo em favor do desenvolvimento do País”, detalha Rodrigo Rollemburg, secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Ainda de acordo com Rollemburg, a nova política posiciona a inovação e a sustentabilidade no centro do desenvolvimento econômico, estimulando a pesquisa e a tecnologia nos mais diversos segmentos, com responsabilidade social e ambiental. Na prática, um aporte de R\$ 300 bilhões, voltado para financiamento de ações da neoindustrialização, está previsto até 2026. “Estes recursos serão geridos por BNDES, Finep e Embrapii, e disponibilizados por meio de linhas específicas, em alinhamento aos objetivos e prioridades das missões para promover a neoindustrialização nacional”, pontua o secretário.

Os recursos estão organizados dentro do Plano Mais Produção, conjunto de soluções financeiras que irão viabilizar o financiamento da política industrial de forma contínua nos próximos três anos. O plano contempla quatro eixos: Mais produtividade, cujo propósito é ampliar a capacidade industrial, com aquisição



DIVULGAÇÃO MDIC

**“A NIB prevê a articulação de diversos instrumentos de Estado, como linhas de crédito especiais, recursos não reembolsáveis, ações regulatórias e de propriedade intelectual, além de uma política de obras e compras públicas, com incentivos ao conteúdo local, para estimular o setor produtivo em favor do desenvolvimento do País”, detalha Rollemburg**

de máquinas e equipamentos; Mais Inovação e Digitalização, que contempla projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; Mais Verde, que engloba projetos de sustentabilidade da indústria, e Mais Exportação, que prevê incentivos para o acesso ao mercado internacional.

Neste ano, a NIB já aprovou R\$ 5,3 bilhões para projetos voltados à inovação, produtividade, sustentabilidade e ampliação da capacidade exportadora. Somados ao volume de recursos aprovados no ano passado, já são R\$ 78 bilhões da NIB liberados para o fortalecimento da indústria brasileira, por meio de linhas de crédito. Rollemburg esclarece que o detalhamento setorial da política não foi feito nesta fase de lançamento. “As demandas mais específicas da indústria, inclusive do setor de papel e celulose, serão discutidas na fase de detalhamento da NIB, que contará com a participação do Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono (CTIBC), do qual o setor faz parte”, diz sobre os próximos desdobramentos.

No âmbito das iniciativas voltadas para o desenvolvimento produtivo, o Plano Mais Produção foi concebido como braço de financiamento da NIB, como ressalta João Paulo Pieroni, superintendente da área de Desenvolvimento Produtivo

e Inovação do BNDES. “Serão pelo menos R\$ 300 bilhões, no período de quatro anos, direcionados para promover a neoindustrialização brasileira. Certamente, o setor de papel e celulose ocupa um lugar de destaque nesses investimentos.”

Para os próximos cinco anos (2024-2028), o BNDES estima que os investimentos do setor podem chegar a US\$ 14 bilhões (cerca de R\$ 70 bilhões). “Continuaremos a ter um papel relevante no financiamento destes investimentos. Embora mais recentemente as empresas venham demonstrando uma situação de caixa confortável, com maior capacidade de acesso a mercados de capitais, o que tende a reduzir a participação do BNDES, investimentos de tal magnitude manterão a representatividade do setor na geração de empregos, divisas e recolhimento de impostos, o que o coloca como um dos motores da atividade industrial brasileira”, comenta, lembrando que o BNDES sempre teve um papel estratégico e abrangente para a indústria brasileira e pretende reforçar essa posição. “O apoio do Banco ao setor foi fundamental para que o Brasil alcançasse uma privilegiada condição competitiva, considerando que somos o 2.º maior produtor global de celulose e o 10.º produtor mundial de

papéis. O BNDES participou de quase todos os grandes projetos ou expansões de capacidade implementados no País desde a década de 1950. Além disso, também apoiou a expansão da base florestal necessária para suportar esses aumentos de capacidade produtiva, por meio de financiamento direto ou participação acionária.”

Nos últimos dez anos (2014-2023), as empresas do setor de base florestal apresentaram projetos ao BNDES que totalizaram cerca de R\$ 45,3 bilhões de investimentos. Desse montante, o Banco financiou aproximadamente R\$ 21,7 bilhões, correspondendo a 48% do valor investido, demonstrando a forte presença do BNDES na execução de investimentos importantes dessa indústria. “Vale ressaltar que o valor total investido pelo setor de base florestal brasileiro é superior ao valor dos investimentos apresentados ao BNDES, pois alguns projetos são implementados sem o apoio financeiro do Banco, principalmente quando as empresas apresentam expressiva geração de caixa, fazendo suas inversões utilizando recursos próprios”, frisa Pieroni.

O superintendente da área de Desenvolvimento Produtivo e Inovação do BNDES ainda destaca que o setor de papel e celulose continuará sendo apoiado pelo BNDES, com a utilização de meca-

nismos tradicionais de financiamento, com novas modelagens de crédito que poderão ser implementadas, ou com novos instrumentos financeiros voltados para uma indústria verde, sustentável e inclusiva. Para projetos florestais, o Banco opera com uma linha de crédito com prazo total de até 20 anos, com sete anos de carência, compatível com o ciclo de crescimento do eucalipto. Já para projetos industriais, o prazo total pode alcançar também 20 anos (projetos *greenfield*), com carência de até seis meses após o prazo de implementação.

Voltando a direcionar o enfoque ao detalhamento prático da NIB, Pieroni explica que ela foi organizada em seis Missões Industriais. A Missão n.º 5, referente à bioeconomia, descarbonização, transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras, possui grande aderência à atuação da indústria de base florestal. “Na nossa visão, os caminhos para a descarbonização desta indústria passariam por: revitalização de áreas degradadas, em que o BNDES financiará a revitalização de áreas antes improdutivas; redução significativa de emissões, com o apoio continuado do Banco ao plantio, que se destaca pelo balanço negativo de emissões, e à cogeração a partir do aproveitamento de material orgânico; fomento à

inovação em biorrefinarias, cujo potencial destaca-se pela produção de gás de síntese e combustíveis líquidos, visando a aplicações em química e transporte sustentáveis, e implementação da economia circular, em que o Banco apoiaria estratégias que enfatizam a reciclagem e a reutilização, incluindo a valorização de resíduos, como o lodo de ETEs e a recuperação de nutrientes das cinzas para fabricação de fertilizantes, ilustrando a sustentabilidade integrada que caracteriza a indústria atual”, elenca o superintendente da área de Desenvolvimento Produtivo e Inovação do BNDES.

Isso significa que, além das linhas usuais de financiamento ao setor, como o FINEM (financiamento a empreendimentos *greenfield*, adições de capacidade ou modernizações) e o FINAME DIRETO (limite de crédito para aquisição, comercialização ou produção de itens credenciados no BNDES), o BNDES possui novas ofertas de soluções financeiras, como o Novo Fundo Clima, que está em vias de ser lançado, para apoio a investimentos para redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e adaptação às mudanças do clima, e o BNDES Mais Inovação, financiamento a investimentos e gastos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) compatíveis com a NIB e suas missões.

O BNDES Mais Inovação contempla mais alguns exemplos de inovações apoiáveis no setor de base florestal: desenvolvimento de clones de eucalipto de melhor desempenho e adaptados às características brasileiras; introdução do conceito de biorrefinarias para melhor aproveitamento da biomassa de florestas plantadas; ampliação da contribuição de florestas plantadas para recuperação de áreas e captura de CO<sub>2</sub>; novos usos para materiais e produtos, como aplicações de lignina e usos de carvão vegetal, e oportunidade de aproveitamento mais eficiente de resíduos, como produção de fertilizantes a partir de elementos anteriormente sem uso. “Todas estas possibilidades de financiamento a esta cadeia representam a importância que o BNDES

DIVULGAÇÃO SUZANO



A indústria de árvores cultivadas pode produzir uma ampla gama de produtos de base biológica, substituindo materiais e produtos derivados de fontes não renováveis

deposita nesta longeva parceria e evindenciam o papel que a indústria de base florestal desempenha no desenvolvimento do setor industrial brasileiro e que acreditamos ser essencial para a consolidação de um modelo de industrialização em novas bases, focado na transição energética e em uma economia de baixo carbono”, ressalta Pieroni.

Na visão de Rollemberg, secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, a necessidade de avanço nas iniciativas relacionadas à economia de baixo carbono abre novas possibilidades para a indústria de árvores cultivadas, especialmente no contexto brasileiro. “A indústria de base florestal tem potencial para desempenhar um papel central na transição para uma economia de baixo carbono. Florestas e produtos florestais desempenham um papel crucial no sequestro de CO<sub>2</sub>, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas. A gestão sustentável das florestas permite não apenas a conservação dos estoques de carbono existentes, mas também o aumento desses estoques por meio do reflorestamento e da reabilitação de áreas degradadas. Além disso, a indústria de base florestal pode produzir uma ampla gama de produtos de base biológica, substituindo materiais e produtos derivados de fontes não renováveis. Isso inclui desde papel e embalagens até bioquímicos e bioplásticos, contribuindo para a redução da pegada de carbono de diversas cadeias produtivas”, destaca.

Neste contexto, sublinha Rollemberg, a sinergia entre iniciativas públicas e privadas é essencial para maximizar o potencial da indústria de base florestal na economia de baixo carbono, contribuindo para os objetivos ambientais e econômicos do Brasil. “A nova política industrial brasileira pode fortalecer as PPPs ao criar um ambiente favorável para o investimento em tecnologias limpas e práticas sustentáveis. Isso pode incluir medidas como a simplificação de processos regulatórios para projetos sustentáveis, o estabelecimento de metas claras para a redução de emissões e



DIVULGAÇÃO BNDES

**Pieroni: “Serão pelo menos R\$ 300 bilhões, no período de quatro anos, direcionados para promover a neoindustrialização brasileira. Certamente, o setor de papel e celulose ocupa um lugar de destaque nesses investimentos”**

o apoio à pesquisa e desenvolvimento em tecnologias verdes”, comenta. “O setor público pode oferecer incentivos, financiamento a taxas preferenciais ou garantias para mitigar riscos, incentivando o setor privado a investir em projetos sustentáveis. A colaboração entre instituições públicas de pesquisa e empresas privadas pode acelerar o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias, como melhoramento genético de espécies florestais, técnicas de manejo sustentável e processos industriais inovadores que reduzam a pegada de carbono”, enumera as possibilidades, lembrando que investimentos conjuntos em infraestrutura e logística também são fundamentais para superar desafios de acesso e distribuição, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil. “Isso inclui desde o transporte sustentável de biomassa até a implementação de redes de energia renovável baseadas em biomassa florestal”, completa.

Dado o perfil de emissões do Brasil, marcadamente concentrado nas emissões pelo uso da terra, mudança do uso da terra e florestas, espera-se também que a instituição do mercado regulado de carbono no País seja um importante vetor para o desenvolvimento de bons projetos voluntários nessa área, aumen-

tando o fluxo de ingresso de recursos financeiros, conjugados com a promoção de benefícios socioambientais para as populações envolvidas. “No curto prazo, o Governo Federal aguarda a aprovação do Projeto de Lei n.º 182/2024, atualmente no Senado/PL 2148/2015, aprovado na Câmara dos Deputados em dezembro de 2023, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). O texto base desses projetos é fruto de proposta do Governo Federal, que foi apresentada para discussão do Congresso Nacional por meio do substitutivo ao PL 412/2022, de relatoria da Senadora Leila Barros (PDT/DF)”, contextualiza Rollemberg.

De acordo com o secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, a proposta do Governo Federal foi concebida para ser uma lei programática, visando estabelecer as bases gerais e os principais elementos para estruturação do mercado de carbono no País e indicando que o detalhamento de diversos dispositivos se dará por regulamentação específica após aprovação da lei. “Nesse sentido, o texto legal prevê de quatro a cinco anos até que o mercado regulado seja operacionalizado, o que ocorrerá a partir da vigência do primeiro Plano Nacional de Alocação das Cotas Brasileiras de Emissões.”

### Os resultados registrados em 2023 e os desdobramentos previstos para 2024

Ao direcionar a análise aos reflexos que podem impactar os segmentos que contemplam a indústria de árvores cultivadas ao longo dos próximos meses, Marcello Collares, vice-presidente de Desenvolvimento de Negócios da Cadeia de Valor Florestal da ResourceWise (ex Fisher International), lembra que é preciso regionalizar as perspectivas econômicas em termos mundiais, uma vez que os segmentos respondem de maneira diferente a elas. “Containerboard precisa de uma boa reação do mercado interno industrial para voltar a ter uma taxa de ocupação alta de suas máquinas”, exemplifica sobre o segmento de embalagem.

Dados recentes da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel), apurados em parceria com FGV/IBRE, mostram a expedição de cerca de 4 milhões de toneladas de embalagens de papelão ondulado, no ano passado. O Índice Brasileiro de Papelão Ondulado (IBPO) aponta que foram 315,49 mil toneladas expedidas em dezembro passado – o resultado é inferior ao dezembro atípico de 2020 (326,75 mil toneladas), mas superior ao mesmo mês em 2021 e 2022.

“As previsões realizadas durante o ano de 2023 foram constantemente revisadas para cima, felizmente, com melhora no consumo, queda dos preços e início de queda dos juros. Os serviços se mantiveram resilientes, embora o comércio tenha uma performance mais fraca e a indústria em fase de baixa”, detalha o embaixador José Carlos da Fonseca Jr., presidente da Empapel.

De acordo com a última projeção da Empapel, o mercado brasileiro deve ter expedição de papelão ondulado acima de 4 milhões de toneladas em 2024. “Considerando o ano fechado de 2023, com 4,02 milhões de toneladas, este ano deve apresentar crescimento de 1%, com 4,05 milhões de toneladas. O início do ciclo de quedas da taxa de juros influencia expectativas futuras, mas até que recuos de maior magnitude ocorram, a taxa continuará pressionando custos para empresários e consumo”, justifica Fonseca Jr.

Rafael Barisauskas, economista da América Latina da Fastmarkets RISI, esclarece que os consumidores puxaram o freio de mão do consumo em 2023, ainda por conta da alta inflação entre 2021 e 2022 e da erosão do poder de compra com o fim dos estímulos governamentais concedidos durante a pandemia e às

vésperas das eleições em 2022. “De modo geral, o endividamento das famílias se manteve elevado em recordes históricos, limitando o consumo doméstico e, naturalmente, afetando o desempenho das empresas no Brasil”, sinaliza. “No mercado externo, vimos também uma retração na demanda causada por conflitos militares, persistência de inflação relativamente alta e retirada de estímulos de consumo também. Já na América Latina, os efeitos negativos do El Niño afetaram o consumo de embalagens de países exportadores de alimentos, prejudicando as exportações brasileiras de papelão. E, por fim, o agravamento da crise na Argentina também prejudicou o mercado brasileiro, já que o país é um importante destino das exportações de bens e de embalagens brasileiras”, completa o balanço sobre os desafios que marcaram o segmento de embalagem em 2023.

No segmento de papéis gráficos, segue Barisauskas, também foram observadas dificuldades relacionadas à crise que o varejo brasileiro enfrentou, incluindo o pedido de recuperação judicial de importantes varejistas multissetoriais e o fechamento permanente de livrarias históricas no País, além dos ajustes naturalmente observados em ano após eleições, caracterizado por menor atividade de impressão e gastos com publicidade impressa. “Do ponto de vista econômico, também observamos acomodação do setor, após a reabertura econômica em 2022, o que naturalmente reduziu a demanda em 2023. No mercado de papelcartão, por exemplo, isto ficou muito claro com a forte desaceleração das vendas de comida por delivery em 2023 *versus* 2022 e 2021, quando observamos um pico na modalidade por conta da pandemia”, completa a análise, dizendo que, em resumo, 2023 foi um ano de ajustes para o setor de papel de forma geral.

Para 2024, o cenário mostra-se ligeiramente mais positivo. “Acreditamos que a maior parte dos ajustes econômicos causados por um orçamento mais curto nas famílias ficou em 2023 e isso levará a melhores condições para o consumo



DIVULGAÇÃO EMPAPEL

**“As previsões realizadas durante o ano de 2023 foram constantemente revisadas para cima, felizmente, com melhora no consumo, queda dos preços e início de queda dos juros. Os serviços se mantiveram resilientes, embora o comércio tenha uma performance mais fraca e a indústria em fase de baixa”, detalha Fonseca Jr.**



**"Acreditamos que a maior parte dos ajustes econômicos causados por um orçamento mais curto nas famílias ficou em 2023 e isso levará a melhores condições para o consumo das famílias em 2024", sinaliza Barisauskas**

das famílias em 2024. Vários programas de renegociação de dívidas foram lançados no último ano e devem aliviar o orçamento já ao longo deste ano", aponta o economista da América Latina da Fastmarkets RISI.

Ainda de acordo com Barisauskas, a queda expressiva na inflação esperada para este ano, em conjunto com a redução dos juros, deve estimular investimentos e favorecer a atividade doméstica como um todo. "Por fim, ainda que o El Niño tenha afetado várias safras latino-americanas na virada do ano, as projeções apontam para um enfraquecimento do fenômeno climático a partir do segundo semestre de 2024, o que também deve favorecer o consumo de embalagens brasileiras em países vizinhos, estimulando as exportações nacionais", informa, sublinhando que a Argentina representa um ponto de atenção. "O país consome uma grande parte das exportações brasileiras de embalagens, mas deve enfrentar um ano muito mais complicado do que foi 2023. Contudo, de forma geral, estamos positivos e otimistas para o desempenho do setor neste ano, o que é reforçado pela recente divulgação de expedição recorde de papelão ondulado já em janeiro de 2024."

A prévia dos indicadores da Empapel sinaliza que o IBPO avançou 5,3% em janeiro último, na comparação com o mesmo mês de 2023. Em termos de volume, a expedição de caixas, acessórios e chapas de papelão ondulado alcançou 337,12 mil toneladas no mês. "Na série iniciada em 2005, este é o maior volume expedido entre os meses de janeiro e o quinto ano consecutivo com janeiro acima de 310 mil toneladas", destaca Fonseca Jr.

As macrotendências acerca do segmento de embalagem trazem perspectivas positivas nos médio e longo prazos e devem favorecer o crescimento do consumo de embalagens na linha do tempo. "A substituição de plástico por papel em embalagens e outros tipos de produtos é uma tendência bem sólida, que deve sustentar o crescimento da produção e investimentos no setor. O crescimento da produção de alimentos e a crescente primarização de desindustrialização das economias latino-americanas também devem favorecer as exportações brasileiras do segmento de embalagem, já que o Brasil deve seguir como principal fornecedor de papel para exportação de alimentos", elenca Barisauskas. "Talvez os mercados com menores perspectivas de crescimento, mas ainda assim positivas,

sejam os de *e-commerce* e *food delivery*. A pandemia antecipou quase dez anos de crescimento do setor em um período curto (entre 2020 e 2022), levando a um espaço menor para o crescimento nos próximos anos, quando comparado aos outros", esclarece o ponto adicional.

O Brasil posiciona-se atualmente como o sétimo maior produtor mundial de papelão ondulado, com potencial para galgar posições no ranking. "Investimentos em pesquisa e em tecnologia estão nas pautas das indústrias produtoras das fibras e das embalagens, a fim de fabricar materiais mais leves, inteligentes, resistentes e prontos para substituição das embalagens plásticas", contextualiza Fonseca Jr. "Temos acompanhado o crescimento de soluções em papel sack kraft para o segmento de flexíveis, com envelopes para atender ao segmento de vestuário, recicláveis, biodegradáveis e compostáveis. No segmento de embalagens flexíveis no Brasil, esperamos um crescimento de 3% a 4% a.a. até 2030, considerando não somente *e-commerce*, mas todos os usos destas embalagens, inclusive *delivery* de alimentos. O comércio e produtos buscam associar a marca ao caráter de sustentabilidade do papel. A estimativa é de que aproximadamente 30% de todas as entregas feitas via *delivery* seja feita utilizando sacos de papel como forma de atribuir valor ao produto e à marca. Além do crescimento orgânico projetado para estes segmentos, é esperado que estes produtos também ganhem market share de embalagens que hoje são feitas em plástico."

No funil da inovação, informa o presidente da Empapel, os fabricantes estão desenvolvendo projetos 100% de fonte renovável para atender à necessidade dos consumidores: papéis, barreiras e demais insumos. "Sacolas, copos, bandejas de papel, sacaria de papel para alimentos já são realidade. Mas podemos avançar muito mais, sempre com uso racional das fibras. Atualmente, grandes produtores de embalagens de papelão ondulado do Brasil estão investindo em novas unidades para expansão de capacidade

ou modernização para acompanhar o crescimento estrutural previsto para a demanda nos próximos anos.”

De acordo com o Boletim Cenários IBÁ, de janeiro a dezembro de 2023, a produção brasileira de celulose totalizou 24,25 milhões de toneladas, valor que representa um recuo de 2,9% em relação ao mesmo período de 2022. Os dados apontam redução de 5,7% nas exportações, com um volume exportado de 18,06 milhões de toneladas. A China despontou como destino da maior exportação de celulose da história do setor tanto em volume como faturamento, com 8,9 milhões de toneladas, que representa um aumento de 14,4% em relação a 2022, e um montante de US\$ 3,8 bilhões.

Ao avaliar a dinâmica de mercado que levou aos resultados registrados pelos *players* nacionais, Rafael Barcellos, head of LatAm Pulp & Paper do Bradesco BBI, estende o enfoque ao comportamento do preço da celulose. “Em meados de 2023, o preço da celulose de fibra curta atingiu um patamar abaixo do custo marginal de produção, cujo valor médio era de US\$ 580. Após o preço chegar a patamares médios de US\$ 480, vimos uma reação do lado da oferta, que rapidamente fez com que o preço voltasse ao patamar médio de US\$ 600”, relata sobre os preços praticados na China, país que hoje representa 40% da demanda global de celulose.

Neste início de ano, o preço se mantém no patamar médio de US\$ 650. “Quando o mercado passa por períodos assim, em que o preço atinge um valor substancialmente acima do custo marginal, surge a expectativa de ser ou não sustentável ou até mesmo a dúvida de quando ele voltaria a cair. O que temos visto, contudo, é uma demanda fortalecida na Europa e nos Estados Unidos. A demanda da China, especialmente após o ano novo chinês, também se provou melhor do que a esperada. Essa combinação entre as demandas dos principais mercados de celulose tem refletido um cenário positivo”, avalia Barcellos.

A dinâmica de mercado atual sinaliza que o preço médio da celulose de fibra curta na China será de US\$ 610 em 2024. “É um nível de preço médio parecido com o do ano passado, com a diferença de que 2023 registrou períodos mais agudos: o ano começou com um nível de preço mais alto, teve uma queda abrupta e voltou de forma rápida ao patamar inicial. Neste ano, estamos vendo o desenrolar de um primeiro semestre mais estável, ao passo que o segundo semestre deve apresentar alguma queda, tendo em vista a entrada de operação de um novo projeto”, esclarece Barcellos, citando o startup do Projeto Cerrado, da Suzano, que produzirá 2,55 milhões de toneladas ao ano. “Ainda assim, a expectativa é de um preço médio robusto para 2024, pelo fato de o início do

ano estar apresentando preços resilientes, num patamar alto”, esclarece.

Barcellos adiciona que os *players* sul-americanos seguem despontando como fabricantes de baixo custo de produção, sendo beneficiados pelo período de patamares mais elevados do preço da celulose. “Vale lembrar que após o *startup* do Cerrado, passaremos três anos sem adição significativa de oferta e com demanda crescente, fatores que devem proporcionar um ciclo de preço melhor nos próximos anos”, aponta o head of LatAm Pulp & Paper do Bradesco BBI.

Direcionando o olhar ao cenário macroeconômico global, Funchal, fundador da Marcio Funchal Consultoria, alerta para a evolução de conflitos regionalizados que podem escalar a qualquer momento. “Estas questões geopolíticas mudam o cenário macroeconômico global da noite para o dia. Um exemplo simples é o impacto que uma redução drástica dos níveis de produção de petróleo pode causar, desdobrando uma escala de preços mundiais que se inicia no transporte e logística. Vimos recentemente o impacto imediato nos preços de frete marítimo que os ataques terroristas no Mar Vermelho impuseram, mesmo nas rotas que não usam esta via de navegação. É fundamental, portanto, sempre estar preparado até mesmo para os momentos mais difíceis.”

A adoção de práticas sustentáveis e responsáveis por parte das empresas tem o potencial de gerar redução de custos operacionais, eficiência do uso de recursos, além de promover um ambiente transparente, de credibilidade e justo para todos, sem renunciar aos retornos financeiros. “O mercado brasileiro tem se posicionado positivamente na agenda ESG, seja por meio dos investidores, principal bússola do mercado ou por meio do regulador, que já anunciou uma série de medidas para endereçar o tema de finanças sustentáveis no País nos próximos anos, fortalecendo também a transparência do mercado de capitais brasileiro, seja pela seriedade com que o tema é tratado no País”, contextualiza Ana Lucia Pereira, superintendente de Listagem e Supervisão

DIVULGAÇÃO SUZANO



No funil da inovação, os fabricantes estão desenvolvendo projetos 100% de fonte renovável para atender à necessidade dos consumidores: papéis, barreiras e demais insumos



**Collares pondera que os players do segmento de imprimir e escrever puderam se beneficiar das exportações, conferindo bons resultados mesmo com a queda da demanda interna**

de Emissores da B3. “Cabe pontuar que os desdobramentos regulatórios também serão fundamentais para garantir a solidez e efetividade da agenda no Brasil, o que vai desde a adaptação da ICVM 175 para fundos de investimento, com a inclusão de aspectos de sustentabilidade, ou da ICVM 193, que reafirma o compromisso do mercado brasileiro com transparência de informações de sustentabilidade e climáticas, com a incorporação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB).

Quando uma empresa decide se listar na B3, esclarece Ana Lucia, pode optar por aderir a um dos segmentos especiais de listagem: Novo Mercado, Nível 2, Nível 1, Bovespa Mais e Bovespa Mais Nível 2. Tais segmentos possuem regras de governança corporativa diferenciadas, que vão além das obrigações que as companhias têm perante a Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.As.) e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). “Caso a empresa não opte pela adesão a um segmento especial, sua listagem ocorre no que chamamos de segmento básico, ou seja, sem regras adicionais de governança corporativa. O Novo Mercado foi criado em 2000 e é o segmento especial com o mais elevado padrão de governança corporativa”, diferencia. Dexco, Eucatex, Klabin, Melhoramentos, Suzano e Irani são as empresas listadas na B3 que fazem parte do segmento Madeira e Papel, sendo

que Dexco, Suzano e Irani estão listadas no Novo Mercado.

O Boletim Cenários IBÁ informa que o segmento tissue apresentou um volume de produção de 1,39 milhão de toneladas, de janeiro a dezembro de 2023, total que representa uma redução de 1% em comparação ao volume produzido no ano anterior.

Segundo a análise de Funchal, o segmento tissue vem demonstrando desempenho satisfatório no Brasil em razão da mudança de hábito de consumo do brasileiro. “Este cenário deve continuar em 2024, trazendo consigo o uso de fontes mistas de fibras e novas tecnologias e aplicações para o produto acabado. Em resumo, podemos dizer que o

segmento permanece como ‘queridinho’ das empresas e investidores no cenário nacional”, define o fundador da Marcio Funchal Consultoria.

O segmento de imprimir e escrever, por sua vez, totalizou uma produção de 2,14 milhões de toneladas, de janeiro a dezembro de 2023, de acordo com o Boletim Cenários IBÁ. A produção total do último ano sinaliza uma redução de 3,4% em relação ao volume produzido em 2022. “Em 2024, o País deve continuar lutando contra o papel imune, uma vez que a nova política de tarifas de importação não contemplou uma estratégia de padronização de carga tributária”, comenta Funchal.

Também avaliando o desempenho do mercado de imprimir e escrever, Collares informa que a substituição por meios eletrônicos continua a fragilizar os resultados. “Infelizmente, alguns países, como Brasil e Índia, terão seu consumo reduzido sem antes terem atingido o consumo *per capita* de países desenvolvidos, tal e qual ocorreu com o papel jornal. Dessa forma, o consumo residual tende a ser menor nos próximos anos.” Contudo, o vice-presidente de Desenvolvimento de Negócios da Cadeia de Valor Florestal da ResourceWise pondera que os players do segmento puderam se beneficiar das exportações, conferindo bons resultados mesmo com a queda da demanda interna. ■



**O segmento tissue vem demonstrando desempenho satisfatório no Brasil em razão da mudança de hábito de consumo do brasileiro**